

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O combate à precariedade laboral na Administração Pública foi uma marca distintiva do XXI Governo Constitucional.

No sistema de ciência e ensino superior este combate traduziu-se, nomeadamente, em medidas concretas para impedir a contratação como bolseiros de pessoas cujas funções não se traduziam num verdadeiro trabalho em ciência e tecnologia assim como em incentivos reais à contratação, nomeadamente no âmbito do emprego científico.

Este combate à precariedade no setor da ciência e do ensino superior é uma tarefa permanente. É preciso agir sobre as situações de irregularidade, sempre aperfeiçoando o quadro normativo para impedir a possibilidade de novas situações irregulares.

É neste enquadramento que o Partido Socialista recebe com atenção todas as notícias e denúncias de precariedade, não podendo deixar de estar atento às alegadas situações de pessoas a prestarem serviço docente sem a respetiva remuneração, para além das situações regulares que resultam da colaboração inter-institucional, do cumprimento dos estatutos das funções de origem que exercem ou ainda da aplicação do estatuto da aposentação.

Surge este requerimento após algumas destas alegações terem vindo a público no final de 2016, através de organizações sindicais, e de denúncias concretas terem sido legadas ao conhecimento da respetiva inspeção setorial, tendo os relatórios conhecidos concluído pela inexistência de irregularidades nas situações denunciadas e, conseqüentemente, analisadas. A não satisfação das organizações sindicais face às conclusões emanadas da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, resultantes da alegação da existência de 400 docentes a darem aulas sem receber merece a melhor atenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Considerando como preferível a apreciação de cada caso individual e o esclarecimento de cada uma das situações alegadas a partir do levantamento de todas as situações em que haja pessoas a prestar serviço docente sem remuneração, entende o Partido Socialista ser a disponibilização da informação infra mencionada como de central relevância para a garantia do cumprimento dos direitos laborais, assim como da credibilidade do sistema.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, abaixo-assinado, vêm por este meio

requerer ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que possa ser disponibilizada informação que detalhe:

- Número e tipificação desagregada de casos em que esta situação se verifica;
- Número de ETI satisfeitos por estas pessoas e evolução ao longo dos anos;
- Fundamentação, a existir, da não remuneração para cada caso detectado.

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

TIAGO ESTEVÃO MARTINS(PS)
PORFÍRIO SILVA(PS)
EDUARDO BARROCO DE MELO(PS)
ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)
BRUNO ARAGÃO(PS)
NUNO FAZENDA(PS)
LÚCIA ARAÚJO SILVA(PS)
CLARISSE CAMPOS(PS)
MARIA JOAQUINA MATOS(PS)
CARLA SOUSA(PS)
ELZA PAIS(PS)
MARIA DA GRAÇA REIS(PS)